

RESENHA

Nancy Leys STEPAN. (2005) *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

Renato Beluche¹

Eugenia na América Latina: Ciência e Sociedade

No começo do século XX, a eugenia começa a se institucionalizar em toda a América Latina. A primeira sociedade eugênica da região, “sociedade eugênica de São Paulo”, foi fundada no Brasil em 25 de janeiro de 1918. A partir daí seguiram-se outras sociedades, organizações e agrupamentos. Dois exemplos importantes são: a *Sociedad Eugénica Mexicana para el Mejoramiento de la Raza* e a *Asociación Argentina de Biotipología Eugénica y Medicina Social*. Nesse contexto, são formulados práticas e discursos mais claros e precisos a favor das reformas nas legislações, sugestões de obrigatoriedade de exames pré-nupcias, serviços de assistência materno-infantil entre outros.

Nancy Leys Stepan, professora de história da ciência e da medicina da Universidade de Columbia, se recusa a aceitar as interpretações que, comumente, relacionam as idéias eugênicas da América Latina a uma cópia (deformada) dos seus congêneres europeus. Em seu livro *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*, ela apresenta a tese de que a idéia da cópia é superficial por dois motivos principais. Primeiramente, a própria Europa organizou modelos interpretativos diferentes sobre eugenia, assim, a autora destaca dois eixos básicos: a vertente anglo-saxônica e a latina. Em segundo, porque a ciência não é uma força neutra, ao contrário, está política e socialmente comprometida com o seu contexto.

¹ Historiador e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

O termo eugenia foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 e deriva do grego *eugenes*, “bem nascido”. A eugenia representa os usos sociais do conhecimento da hereditariedade voltados para uma “melhor reprodução”, para o “aprimoramento da raça humana” ou para preservação da “pureza” de determinadas “raças” consideradas superiores (Miskolci, 2003, p.116-117).

Apesar do termo ter sido criado em 1883, a prática da eliminação de indivíduos considerados “inadequados” já era praticada na antiguidade pelos gregos. Inclusive os Eugenistas britânicos tinham por hábito fazer referência a essa prática antiga. Talvez, sugere Stepan, porque essa associação atribuiu autoridade à repulsiva noção de eliminação ou proibição da reprodução dos indivíduos “inadequados”. No entanto, a eugenia do final do século XIX em quase nada se assemelha a prática antiga. Ela está calcada na ciência da hereditariedade e em uma concepção de que a vida foi crescentemente encarada como resultado de leis biológicas. (p.29).

A idéia de eugenia esteve, comumente ligada à experiência nazista do Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial, como se essa experiência tivesse sido um episódio único na história circunscrito à Alemanha e a alguns poucos países e se referisse apenas ao trágico resultado da longa trajetória da judeofobia (Bauman, 1999, p. 27-8). Zygmund Bauman alerta para o equívoco dessa interpretação. Segundo ele, o plano alemão de colocar a reprodução da sociedade em bases científicas e eliminar os seres indesejados “era simplesmente uma expressão radical das ambições universais inerentes a mentalidade moderna” (Bauman, 1999, p. 41).

Se Bauman ressalta as “ambições universais inerentes à mentalidade moderna” do pensamento eugênico, Stepan, analisa, de maneira detalhada, os meandros desse movimento em diversos países entre o final do século XIX e início do XX. A pesquisadora demonstra que se, por um lado, praticamente todos defendiam a eugenia, por outro, essa defesa era uma das poucas coisas que esses países tinham em comum, pois a concepção eugênica que havia na época variava em cada contexto específico.

Para realizar seu projeto, a autora parte de uma concepção construtivista da ciência, na qual fatores políticos, econômicos, sociais e culturais estariam completamente imbricados tanto na elaboração das próprias teorias científicas, quanto associado às suas práticas. Nessa

perspectiva, abre-se a possibilidade de perceber que a ciência é “muito mais contingente e culturalmente específica do que se pensava” (p. 16).

Essa visão sociológica da ciência como produto da cultura e da vida social converge, em seu trabalho, para uma análise contextual da ciência, em que elementos da sociedade, comumente considerados externos e indiretos, passam a ser analisados como partes constituintes das próprias teorias e práticas realizadas.

Se, por um lado, os discursos e práticas científicas estão imbricados na vida social, por outro lado, epistemologicamente, a ciência desenvolveu na modernidade um discurso da neutralidade, objetividade e universalidade que encobre suas raízes sócio-culturais. Construindo, assim, uma identidade supostamente apolítica, mas que desemboca em práticas politizadas que se tornam legítimas por sua suposta neutralidade (p. 33). Com isso, Stepan não pretende endossar a tese da eugenia enquanto pseudo-ciência. Para a autora, “o hereditarianismo era conceitual e tecnicamente inovador” (p. 217). Embora a ciência se “desenvolva” a partir da vida social, ela é, estruturalmente, diferente da ficção, ou seja, mesmo que a ciência tenha sido vista e interpretada de diversas formas em diferentes períodos, isso “não significa nem que a ciência possa ser desviada ao sabor da circunstância política, nem que devamos pensar a genética dos eugenistas como pseudociência” (p. 217).

Contudo, a autora salienta que houve, dentro do hereditarianismo e, conseqüentemente, na eugenia, uma certa margem interpretativa e é justamente a política dessas interpretações que ela persegue. Desse modo, a proposta de Stepan é subverter a concepção implícita da história intelectual e criticar a concepção unitária da eugenia. Para realizar o seu objetivo, ela destaca a América Latina como objeto privilegiado.

No que tange aos estudos dedicados à eugenia, a América Latina quando não foi ignorada foi apresentada como uma consumidora passiva das idéias desenvolvidas no Primeiro Mundo. Como se o papel desempenhado pela ciência latino-americana se resumisse a uma tentativa canhestra de tentar imitar ou reproduzir as idéias européias em um contexto não-científico. Segundo Stepan, essa visão é equivocada. Além de a ciência latino-americana estar a par com os valores e idéias ocidentais, “foi a única área do terceiro mundo ainda pós-colonial em que a eugenia foi assumida de forma mais ou menos sistemática” (p. 10). Para a autora, a eugenia desenvolvida na América Latina não era uma

mera cópia da Europa. Era, contudo, americana, mas não estadunidense. E o estudo dessas especificidades da eugenia latino-americana seria vital para produzir um saber mais apurado do que foi esse movimento tão amplo, classificado de eugenia.

As singularidades da eugenia latino-americana só podem ser compreendidas, ressalta a autora, se mantivermos em mente que os latino-americanos eram vistos, pela maior parte dos eugenistas, como um povo atrasado e racialmente degenerado. Mesmo assim, os latino-americanos desenvolveram sua própria eugenia. As diferentes bases teóricas que estruturavam a teoria da hereditariedade e as configurações sócio-culturais das diferentes localidades permitem que se entenda essa aparente contradição.

Os eugenistas ingleses, estadunidenses e alemães formavam a corrente anglo-saxônica. Baseavam sua eugenia em uma concepção mendeliana-weismanniana da genética. Essa concepção, em resumo, pressupunha, por meio da idéia do germoplasma, a hereditariedade por transmissão interna, ou seja, sem a influência do meio. Assim, fatores urbano-sociais seriam menos importantes e uma das conseqüências foi a construção das identidades fixas e determinadas.

Os países da América Latina e a França formavam a corrente latina. Baseavam sua eugenia em uma concepção lamarckiana da genética, na qual a hereditariedade se daria por fatores tanto externos quanto internos, isto é, o meio seria responsável por alterações genéticas. Daí, toda a ênfase latino-americana na relação entre eugenia e políticas públicas.

Se a concepção mendeliana-weismanniana levou a corrente anglo-saxônica a praticar uma eugenia “dura”, de demarcação e eliminação seja por uma regulação da reprodução ou por uma real eliminação dos elementos considerados “disgênicos”, a América Latina desenvolveu uma eugenia mais “flexível”, com ênfase na regeneração. Stepan demonstra que as idéias mais radicais de regulação na reprodução eram, geralmente, rechaçadas, entre outros motivos, pela forte tradição católica que não aceitava a ingerência eugênica em assuntos considerados de sua alçada.

Na América Latina, a singular relação entre eugenia e políticas públicas, com sua ênfase nos fatores urbano-sociais, levou os eugenistas a darem um destaque especial à família e, principalmente, às mulheres, já

que elas eram consideradas primordialmente seres reprodutores enquanto os homens eram encarados como seres sexuais (p. 99).

A ênfase nas mulheres foi parte da crescente política nacionalista do início do século XX. Eric Hobsbawm (cf. Hobsbawm, 1991) alerta que a idéia do nacionalismo no final do século XIX não pressupunha, necessariamente, a homogeneização cultural, ao contrário, desde que as singularidades não ameaçassem o projeto nacionalista, elas eram, inclusive, incentivadas. Stepan, em outra perspectiva, demonstra que o nacionalismo na América Latina, nas primeiras décadas do século XX, tinha um forte viés homogeneizador. Daí a ênfase na questão racial.

Enquanto as correntes anglo-saxônicas entendiam a miscigenação como degeneração, os eugenistas latino-americanos não tardaram a desenvolver argumentos a favor da miscigenação como aprimoramento da raça. Dois exemplos desses argumentos são: a teoria do “embranquecimento” da população no Brasil e a idéia da “raça cósmica” (fusão das demais raças no elemento do mestiço) desenvolvida no México por José Vasconcelos. Porém, ressalta Stepan, que embora as teses da miscigenação construtiva possam parecer menos racistas, elas também se estruturaram em bases dessa natureza. No caso do embranquecimento, é evidente o cunho racista (ênfase na “raça” branca como superior). Na raça cósmica a idéia não era valorizar a diversidade racial, desse modo, tal idéia acabava por desvalorizar índios e negros.

A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina expõe, de maneira clara e concisa, uma crítica às abordagens tradicionais da eugenia, demonstrando as diferenças sócio-culturais que marcaram sua construção prática e teórica. Também alerta para a necessidade de nos mantermos conscientes para as nossas ciências e para as mensagens sociais derivadas delas. As ciências, sejam no passado ou no presente, não são neutras, antes construções sociais e históricas.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. (1999) *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
HOBSBAWN, Eric J. (1991) *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo, Paz e Terra.
MISKOLCI, Richard. (2003) “Reflexões sobre normalidade e desvio social.” *Estudos de Sociologia*. Araraquara, vol. 13/14, p.109-126.
STEPAN, Nancy Leys. (2005) *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro, Fiocruz.